

Desenvolvimento em Cabo Verde, desafios para a formação e a Investigação em Ciências Sociais

Jandira de Barros

Muito boa tarde a todos os presentes e um agradecimento muito especial ao CEsa, em especial às doutoras Iolanda Évora e Sónia Frias, pelo convite para estar presente a este seminário e pelo estímulo para que reflectisse sobre os desafios para a formação e investigação em CS em Cabo Verde. Confesso que tomei a liberdade, possivelmente frustrando algumas expectativas, de propor para este encontro de hoje questionamentos, mais do que respostas exactas e posições consolidadas. A partir do tema que me foi sugerido busquei trazer algumas anotações acerca da configuração que a relação entre Ciências (sociais) e Desenvolvimento vem adquirindo nos últimos tempos e indicar o que me parecem ser questões problemáticas desta relação que se anuncia e seus possíveis respaldos no espaço cabo-verdiano em concreto, pensando mais especificamente nos espaços de formação universitária.

Assim, evitando falsas expectativas, minha primeira tarefa aqui, será avisar os presentes sobre a minha proposta de trabalho. Para o objectivo desta intervenção, dividi a apresentação em três partes:

- na primeira parte faço um resumidíssimo panorama do ensino superior em Cabo Verde para permitir ao leitor conhecer o ponto de partida e de regresso; na segunda retomo a relação que historicamente se estabelece entre ciência e desenvolvimento e as propostas recentes dos chamados “pós-modernos” para esta relação; na terceira e última parte, e apenas como indicação para futuras reflexões minhas e/ou de colegas, assinalo dificuldades que podem se fazer

presentes, em Cabo Verde, essencialmente no domínio do ensino superior, considerando aspectos culturais específicos da nossa realidade e possíveis influências entre nós do pensamento global pós-moderno.

Iniciando com o primeiro ponto, alguns dados breves sobre a realidade universitária em Cabo Verde:

- A década de 90 inaugura a criação de instituições de ensino superior em Cabo Verde (voltadas para cursos técnicos e bacharelato), de carácter público, tais como ISE (1995), ISECMAR (1996) e ISCEE (1998).

- Em 2001 é criada a primeira instituição de ensino superior de natureza privada, a Universidade Jean Piaget, a ela seguindo-se a formação de outras instituições de ensino superior, também privadas, nomeadamente, nas ilhas de Santiago e de São Vicente.

- Em 2006 é criada a Universidade Pública de Cabo Verde, com base na transformação de estruturas anteriormente existentes.

- O corpo docente afecto às instituições de ensino superior no país é predominantemente nacional, com visível aumento do número de docentes com perfil mais apropriado ao exercício do ensino superior, com grau de mestre ou doutor (Ministério Educação 2007-2008), ainda que se registem em algumas instituições percentagens elevadas de docentes habilitados com licenciatura.

- No domínio da investigação, as instituições cabo-verdianas mostram-se ainda frágeis, o que se explica por serem mais ou menos recentes, com um corpo docente em formação e com pouca trajectória académica, pela ausência de instituições vocacionadas para o fomento à pesquisa, e a consequente falta de incentivos financeiros.

- No que tange à produção científica em Cabo Verde, actualmente sente-se alguma dinâmica no sentido de se criar mais espaços de debate e de produção científica, como forma de divulgação, de busca de prestígio e *protagonismo*, por parte das instituições de ensino superior. Algumas delas possuem já uma ou mais revistas e têm organizado, com relativa frequência, eventos académicos.

Tem-se verificado também uma aproximação mais efectiva de estudiosos e instituições nacionais a âncoras continentais de incentivo à investigação e produção bibliográfica, nomeadamente, o CODESRIA - Conselho para o Desenvolvimento da Investigação Económica e Social em África.

Posto este quadro, bastante sintético, do ensino universitário, e que, do nosso ponto de vista, sugere algum optimismo (incremento de docentes qualificados, alguma ampliação de espaços de debate e produção científica...), passarei ao segundo ponto, indicando de forma rápida, dado ao carácter desta apresentação, a relação historicamente estabelecida, com a inauguração da modernidade, entre ciência e desenvolvimento.

Em suma, diria que o projecto ilustrado da modernidade inaugura, ao nível sociocultural, e pela primeira vez, uma forma de relação entre o homem e o seu mundo no qual este aparece como resultado daquele, exactamente em decorrência do poder da razão.

... Para os Ilustrados, a exploração racional da natureza passava pelo seu reconhecimento tal como ela se apresenta tornando, pois, plausível desenvolver um conjunto de instrumentos intelectuais e materiais capazes de potencializarem a exploração da mesma. Por outro lado, os ilustrados acreditavam que a razão não possuía somente uma dimensão - **uma dimensão instrumental** - mas também **uma dimensão emancipatória** na medida em que o conhecimento racional deveria ser utilizado também para a organização da sociedade (Sousa 2005:03, grifo do autor).

São categorias centrais deste projecto moderno: o humanismo, a ideia de que o homem é um produto da sua própria actividade; o historicismo, que afirma o carácter ontologicamente histórico da realidade; e a razão dialéctica que se refere ao reconhecimento de uma racionalidade inerente à realidade e um método capaz de reconstituir, ao nível ideal, o movimento concreto deste real.

A questão que se tem colocado é: será que a ciência, baseada na razão moderna, é capaz de realizar o feito da emancipação (entendida como sinónimo de desenvolvimento, na medida em que uma e outro podem ser compreendidos como expansão da liberdade real dos indivíduos ao deixar de estar condicionada pelo reino das necessidades)? No caso concreto das ciências sociais, será que estas têm sido capazes de apreender as dinâmicas sociais e de contribuir para a emancipação/desenvolvimento humanos?

Alguns, a partir de perspectivas de análise diversa, vão dizer que a ciência moderna foi e é incapaz de promover o desenvolvimento; outros, também de espectros ideo-políticos e culturais diferentes, continuam a nela creditar a possibilidade da emancipação. Todos ou quase todos, no entanto, subscrevem a ideia de que vivemos tempos de profunda crise, e que o projecto da modernidade, que credita à razão moderna a possibilidade da emancipação humana universal, pelo menos ainda, não se realizou.

A “velha” questão social, conotada com o pauperismo, com a pobreza em presença da capacidade infinita da produção da riqueza, não foi equacionada, nem nas fronteiras nacionais, sequer no cenário mais global, e a ela aliam-se ainda novas manifestações sociais:

E, de fato, temos *novas problemáticas*, seja pela magnitude que adquiriram situações que antes não eram socialmente reconhecidas como significativas (violência urbana, migrações involuntárias, conflitos étnicos e culturais, opressão/exploração nas relações de género etc.), seja pela refuncionalização de velhas práticas sociais agora submetidas à lógica contemporânea da acumulação e da valorização (o trabalho escravo e semi-escravo, o tráfico humano, a prostituição, o “turismo sexual” etc.), seja, enfim, pela emergência de fenómenos que, novos, vinculam-se aos porões da *globalização* – as consequências da *organização do crime* em escala planetária. (NETTO, 2007, p. 24)

É neste contexto que o pensamento pós-moderno vem, pois, apresentar-se

como uma possibilidade, - perante a chamada crise da modernidade e do seu projecto ilustrado -, sugerindo “novos paradigmas” às ciências¹.

Os chamados “pós-modernos” se apercebem de que a modernidade falhou em diversos aspectos. O problema, do meu ponto de vista, e dos autores que utilizo para esta reflexão², é a forma como os “pós-modernos” propõem enfrentar a realidade das novas contradições (e aqui refiro-me apenas aos pós-modernos das chamadas ciências sociais, *stricto sensu*), forma esta que parece começar a ter reflexos entre nós.

E aqui se inicia a minha problematização:

Com imensas diferenças em seu seio, agrupando pensadores críticos e conformistas à *ordem*, o pensamento pós-moderno possui algumas características comuns, dentre as quais, por conveniência, destacamos:

A aceitação do imediato (onde a ciência e os conhecimentos tradicionais são colocados em pé-de-igualdade, igualando aparência e essência) e a recusa da categoria totalidade (com crescente importância conferida ao fragmento e à diversidade e abandono da esfera económica para explicar dinâmicas sociárias).

Os “novos paradigmas” assumem, como bandeiras epistemológicas “trabalhar não a realidade, mas as suas representações; não o universal, e sim o singular, o micro, o pontual; não as questões macro, de estrutura, mas o cotidiano, os fragmentos; não o futuro, e sim o presente; não o público, mas a intimidade.” (SIMIONATO, 1999, p.93).

Se o projecto da modernidade não se realizou, como bem o confirmam os poucos dados aqui apresentados, o pensamento(s) pós-moderno(s), por caminhos diversos, leva ao banco dos réus não as limitações do contexto da sua realização, mas os instrumentos de compreensão desse mesmo contexto. Não se trata de questionar os modos de organização social, as formações económico-sociais, mas, sim, a ciência e a razão modernas.

É a razão moderna, aquela apresentada como capaz de garantir a autonomia, a universalidade e a individualidade no projecto ilustrado da modernidade, que é posta em causa, muitas vezes analisada como totalitária, incapaz de captar a diversidade, ocidental e imperialista.

Pensando no caso específico de Cabo Verde, entendo que a soma desta influência pós-moderna à histórica tendência à resignação sugere algum cuidado. Explico-me:

Diria que o exercício de ser radical, de ir à raiz dos problemas, de buscar

1 O pensamento pós-moderno nasce da observação que fazem alguns pensadores (Jean-François Lyotard marca sua emergência com livro “A condição pós-moderna” de 1979) de que, a partir das alterações sofridas pelo capitalismo nos finais da década de 60, o mundo havia tido transformado e novas questões haviam surgido, não sendo suficiente ao investigador observá-las com as “ferramentas” de até então.

2 Terry Eagleton (Inglaterra), Meera Nanda (Índia) e José Paulo Netto (Brasil) constituem os autores de referência deste texto.

núcleos geradores da pobreza e da desigualdade, instalados em nossa sociedade desde as suas origens, e incorporando novas e mais complexas determinações, choca-se com uma certa cultura de acriticismo que parece reinar entre nós. Parece-me possível assinalar que não existe - e falo absolutamente do presente -, uma cultura crítica nacional que tem sido capaz de contrariar o dito, o aparente, havendo pois uma certa tendência à “resignação”, senão no plano da sobrevivência, no qual temos sido exemplo de resistência, na forma da apreensão ideal das condições de reais vida da população cabo-verdiana.

Minha hipótese é a de que perante fortes condicionalismos naturais e a tímida intervenção humana sobre os mesmos, portanto, a fraca mediação do capital nas relações entre o homem e a natureza, ocorre uma certa naturalização da produção social da qual resulta uma tendência dominante do “não-reconhecimento” das orientações sociais que imprimem determinadas características ao espaço. Esta tendência dominante está reflectida tanto na representação da pobreza pelos pobres, como nas formas de sua explicação/compreensão pelos agentes políticos e técnicos sociais.

Para Mario Matos (1995, pp. 80-81), por exemplo, a sociedade cabo-verdiana, dependente da aleatoriedade das forças naturais, desenvolve uma mentalidade de um “devir paradisíaco”. Baseia-se num modelo que “postula um futuro em que ‘algo’ (ou ‘alguém’) acontecerá e libertará de vez o homem cabo-verdiano da miséria e do sofrimento”.

“São pessoas demais e o Estado não pode dar trabalho a todos”; “somos mais do que aquilo que Deus nos dá”; “não tem nada em Cabo Verde”; “pobre em Cabo Verde, o que podemos fazer? É a nossa terra que é fraca”; “é por causa das chuvas”. “Existe pobreza em Cabo Verde, porque nós aqui somos acompanhados pela nossa “aságuas”, são algumas das explicações comuns à pobreza (expressões recolhidas durante entrevistas para a dissertação de mestrado).

A falta de sentido crítico revela-se na aceitação do vivido como parte de uma herança desafortunada ou de uma fatalidade inevitável. A maioria da população, sobretudo a mais pobre, anseia que a graça da acção divina venha mudar a sua situação, levando Mário Matos (1995, p. 80) a identificá-la como portadora de “alguma carga messiânica”.³

O colonialismo e a vigência de um regime político de Partido-Estado ou Partido Único, entre 1975 e 1990, também, é certo, resume um quadro limitador da expansão de espíritos críticos à realidade. Ainda que Cabo Verde tenha mantido no período pós-Independência uma posição *formalmente* “equidistante” dos dois blocos – capitalista e socialista – o regime de *democracia totalitária*⁴ instalado pelo PAIGC (Partido Africano de Independência da Guiné

3 Entendemos a representação como “el mundo real, material, expressado e reflejado en la cabeza de los hombres” (Lefebvre, 1962, p. 33), e não como a própria realidade, possuindo em si elementos mistificadores necessários à continuidade de um determinado modo de reprodução social.

4 Evaldo Vieira (1992, p. 53) explica deste modo o conceito de democracia totalitária “... particularmente no século XX toma a forma da ditadura do partido único, com centralismo democrático ou não, expressando-se até recentemente acima de tudo por intermédio do modelo soviético, ou do modelo de países chamados “subdesenvolvidos”, “do Terceiro Mundo”, “atrasados”, “de capitalismo tardio”, ou algo semelhante. De

e Cabo Verde) – transformado em PAICV (Partido Africano de Independência de Cabo Verde), em 1981, após ruptura entre os dirigentes de Cabo Verde e os da Guiné – não representou, em nenhum momento, corte nas relações de estratificação social. Estas, no entanto, têm merecido pouca atenção na análise dos políticos, técnicos e “cientistas sociais”.⁵

Este quadro de algum a-criticismo, originado, talvez, dos aspectos antes apontados, torna-se mais complexo no contexto actual, mundial, que parece apontar para o *fukuyano* “fim da história”. E é este o aspecto central que gostaria de trazer para o debate: o cuidado frente à hegemonia do pensamento pós-moderno que se instalou nas universidades pelo mundo e que justamente nega o desafio de enfrentar a realidade, no sentido de buscar seus fundamentos, para além da aparência.

Neste exercício pós-moderno de negação da ciência, parece-me, pois, que o terceiro mundo pode ser fortemente atingido. Como vimos a desigualdade cresce e divide cada vez mais Nações, mais e menos desenvolvidas. Sendo certo que *padrões* de desigualdade e de pobreza não são meras determinações económicas, relacionando-se através de mediações extremamente complexas, com determinações de natureza político-cultural, o facto é que sem a consideração das leis gerais que fazem parte do modo de reprodução do sistema capitalista mundial, não se terá a devida compreensão desta(s) pobreza(s), evitando a sua histórica individualização (pobreza como questão de carácter ou de espírito de cada indivíduo).

Será necessário questionar os objectivos para os quais tem servido a ciência. Mas este questionamento, a meu ver, e de vários autores que se têm dedicado a esta reflexão em profundidade, propondo-se a destruição da ciência baseada na razão moderna, poder-se-á ferir de morte a própria capacidade dos homens de, pelo conhecimento racional da realidade, mudar o seu mundo.

Apenas um exemplo de um estudioso entre nós:

Cabo Verde e outros países africanos não conseguiram fugir a esse espectro aniquilador da ciência moderna, com os esforços dos seus dirigentes em hastear o cânone da ciência moderna a terem consequências desastrosas para as suas endógenas formas de conhecimentos e, consequentemente, para a vida das suas populações (...) Essa singularidade cabo-verdiana, ou africana (que tem a tem a ver com o facto da exportação coerciva da ciência moderna ter ocorrido de forma mais massiva em África a partir da segunda metade do século passado, ou seja, após o início do processo de descolonização), em vez de ser encarada e reduzida a um mero atraso em relação ao Ocidente, tem de ser, ao meu ver, potencializada no sentido de resistir e combater uma ciência moderna predadora ao serviço do capitalismo neoliberal, mediante, por exemplo, incentivos ao reconhecimento e utilização das chamadas ciências tradicionais. (VARELA, 2004, pg. 5-6)

qualquer maneira, a democracia totalitária busca a felicidade terrena por meio de “uma verdade política única e exclusiva” de “um só plano de existência: o político”, nas palavras de Talmon. Ela abarca inteiramente a vida humana e garante-se com pretensões absolutas.”

5 Sobre esta questão Maria Manuela Afonso no “Educação e Classes Sociais em Cabo Verde” (2002), teceu argutas observações.

Não se pretende negar a necessidade da análise que se atenha à pluridimensionalidade presente nos fenômenos; não se trata, igualmente, de qualquer determinismo economicista que não dê importância aos elementos subjetivos presentes na realidade e nos próprios sujeitos da investigação, como já se afirmou, e, tampouco se defende uma visão, diria, ocidentalizada que retire a importância de outros valores e outras culturas no modo de se fazer ciência. Todavia, entendo que o que se propõe é a não-razão quando, no lugar da ciência inaugurada pela modernidade, se propõe uma ciência cujo valor seja equiparado ao da poesia ou ao dos conhecimentos tradicionais.

Boaventura, um dos maiores expoentes do pensamento pós-moderno, afirma:

Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade... A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia... A ciência é, assim, autobiográfica”. (SANTOS, 1998, p. 52)

Meera Nanda (apud WOOD e FOSTER, 1999,100), cientista indiana que tem se dedicado à crítica da crítica à ciência moderna e à ideia da refundação de uma ciência do terceiro mundo, expõe assim suas razões:

Uma coisa é aceitar um “relativismo cultural” que respeita a variedade da cultura humana; outra, inteiramente diferente, é adotar um relativismo que transforma esses valores culturais variados no único ou principal padrão de verdade, de modo que a verdade passa a ser simplesmente o que se ajusta a um dado sistema de crenças, ao invés de aquilo que descreve fielmente o mundo que existe independentemente de nossas crenças.

O risco da influência pós-moderna entre nós é, portanto, o de regressarmos ao ponto de partida: de, após séculos de tentativas de mistificação da realidade social, ocorrer, agora pela via do pensamento pós-moderno, um novo “ocultamento” das dinâmicas (re)produtoras das questões sociais quando conceitos como modo de produção e formação econômico-social são abandonados em detrimento de estudos culturais e análises discursivas; quando a categoria da totalidade mete medo, entendida como ultrapassada ou imperialista, e preferimos cuidar do fragmento; quando a verdade passa a ser somente uma questão de discurso, da capacidade de argumentação de quem a diz (lembrar a afirmação de Boaventura de que a ciência é *autobiográfica*).

Assim, termino esta reflexão afirmando que estou convencida de que, perante o contexto de maior complexidade que se vive hoje, com novas e multifacetadas manifestações sociais, o desafio não pode ser outro que não o de enfrentar, no sentido de desvendar, o real. Vale dizer, os desafios, para mim, não se inserem no circuito instrumental, mas ao nível teórico-metodológico, ainda que persistam também desafios no âmbito das técnicas e dos procedimentos interventivos. O desafio às CS é o da compreensão dos fundamentos que originam determinados fenômenos hoje presentes em nossas realidades e

que contrariam o conceito de desenvolvimento já indicado pelo projecto ilustrado da modernidade.

Sem negar a existência de problemas e/ou impasses na efectivação de processos operativos, sobretudo em países como Cabo Verde que dependem da avaliação positiva dos resultados de projectos financiados por organismos internacionais, estou convencida de que a formação académica em grau universitário e superior *para além da necessária habilitação técnica*, da gestão rotineira, cria quadros profissionais que, devem estar qualificados para a desvendar o real, tarefa, por excelência, dos que apelidamos investigadores, mas não exclusiva.

Enfim, para resumir o que atrás foi dito:

Parto da ideia de que não existe desenvolvimento com pobreza e desigualdade, e, neste sentido, concordo com os pensadores “pós-modernos” que será necessário observar novos fenómenos. Mas, o desafio, antes de ser o de abandonar as lentes que têm sido usadas até aqui, as lentes da ciência moderna, continua sendo o de captar os núcleos geradores dos fenómenos, numa conjuntura académica e cultural adversa, que propõe o seu contrário.

Para finalizar, farei ainda uso das palavras do autor cabo-verdiano que propõe novos paradigmas à ciência africana, a sua criouliização (afirma “é preciso alastrar essa criouliidade ao domínio da investigação, da universidade, uma modernidade alternativa, a crioula”):

Para ter um papel fundamental no combate à crescente miséria, desigualdade e de diferentes formas de opressão provocadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico nos Estados pós-coloniais, mais concretamente em Cabo Verde, a “teoria crítica” tem de ser, como vem defendendo alguns autores, necessariamente renovada. (VARELA, 2004, p.28)

Concordamos, enfim, que há necessidade de uma teoria crítica, e que esta precisa ser renovada. A questão principal é qual a direcção desta renovação para os que pretendem ser progressistas e contribuir para o ideal da “emancipação humana” inaugurado pela modernidade?

Referências Bibliográficas

LEFEBVRE, Henri. *El marxismo*, 2. ed. Buenos Aires: Editorial. Universitaria, 1962.

MATOS, Mário Anselmo. Cultura democrática e os condicionalismos da sociedade cabo-verdiana. In *De Mindelo para Cabo Verde convergência para a solidariedade*. Carlos Araújo (comp.), Mindelo: Fórum Convergência, 1995. Pg.71-88.

NETTO, José. P. “Desigualdade, pobreza e Serviço Social”. *Em Pauta*. Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 19, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 10. ed. Porto: Afrontamentos, 1998.

SIMIONATO, Ivete. “As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade” In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo1,CFESS/ABEPS/CEAD/UNB, Brasília, 1999.

SOUSA, Adrianyce Angélica S. de. “Pós-modernidade, fim da modernidade ou mistificação da realidade contemporânea?”. *Temporális*, Brasília: ABEPSS, n. 10, 2005.

VARELA, Odair. “O repto da diversidade de conhecimentos em Cabo Verde, do colonial/moderno ao moderno/pós-colonial”. In: *Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*, VIII, Coimbra, Setembro de 2004.

Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/OdairVarela.pdf>>
Acesso em: 20 out. 2011.

VIEIRA, Evaldo. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez, 1992.

NANDA, M. “Contra a destruição/desconstrução da ciência” In WOOD, E. M. e FOSTER, J.B. (orgs.); *Em defesa da história, marxismo e pós-modernismo*. Tradução Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.